

UM OLHAR ÉTNICORACIAL SOBRE A FORMAÇÃO DE “NORMALISTAS”: UM RETRATO DA EDUCAÇÃO SANTISTA.

Sandra Regina Pereira Ramos¹

RESUMO

Este trabalho dedica-se a analisar o processo histórico da construção das relações raciais da sociedade santista com vistas à inclusão de negros e negras na carreira do Magistério na cidade de Santos, lançando hipóteses sobre a questão educacional ante a uma herança escravocrata ainda tão presente. No Brasil, o discurso político voltado aos direitos sociais e à intervenção do Estado como promotora de justiça social tiveram como fator limitador a cor da pele, pois, as políticas públicas adotadas em prol da população negra, que desde a libertação oficial da escravidão não foi contemplada com medidas de inclusão, não conseguiram impedir a sua exclusão das conquistas e avanços sociais tão aclamados em sua história. Considerando que, ainda, há muito que se desvendar sobre as questões raciais no Brasil, conhecer como ocorreu a inclusão de negros e negras na carreira do Magistério é uma proposta instigante por conta de sua reputação como cidade libertária e caridosa, o que também estampa seu Brasão de Armas, "Patriam Charitatem et Libertatem Docui". O lema tem a Caridade como consequência da criação da primeira Santa Casa de Misericórdia brasileira instalada no município, onde foram travadas longas batalhas contra as diversas epidemias que assolaram a população. A Liberdade, advém da importância dos irmãos Andradas no processo de independência do Brasil, como também da participação dos santistas na luta pela abolição da escravidão. Assim, Santos passou a ser conhecida com o epíteto de "Terra da Liberdade".

Palavras-chave: Racismo, Magistério, Educação, História, cidade de Santos.

INTRODUÇÃO

O discurso hegemônico das relações raciais ainda mantém algumas características marcantes do século XX: a mestiçagem como obstáculo para a adoção de políticas públicas efetivas para a população negra, bem como, a herança cultural que alega a convivência inter-racial pacífica, a denominada democracia racial. Segundo Joel Rufino dos Santos "A democracia racial seria, numa definição sumária, um certo padrão de relações raciais em que as oportunidades fossem iguais para todos os envolvidos"(SANTOS, 1990, p.5), no Brasil, segundo o mesmo autor, essa tão sonhada democracia racial nunca aconteceu no Brasil. (SANTOS, 1990, p.5).

¹ Sandra Regina Pereira Ramos, Doutora em Educação pela Universidade Católica de Santos.
sanrpramos@gmail.com



O racismo no Brasil nasceu vinculado à escravidão e com a abolição oficial da escravatura se estruturou junto à sociedade, baseado nas ideologias da hierarquização social, onde a inferioridade biológica da raça² negra foi vinculada ao desenvolvimento do país. Perpassando por todo o contexto histórico da sociedade brasileira, as teorias racistas deram a base ao processo de colonização e trouxeram a cientificidade do branqueamento da população negra para o século XX. A partir da década de 1930, a política de branqueamento foi substituída pelo denominado “mito da democracia racial” que permanece até hoje no ideário das relações étnicas no Brasil.(MUNANGA, 2005)

Assim, a marginalização do negro perpassa pela ideologia racista sendo reforçada ao longo do século XX com a ausência da imagem do negro e/ou o uso da mesma, relacionada a estereótipos e conceitos negativos perpetuados pelas mídias e pela sociedade. A invisibilidade do negro é consequência da inexistência de políticas públicas em atendimento dos seus direitos sociais e uma necessidade de manter a submissão de uma população por anos escravizada.

Porém, mais recentemente, todas essas questões deixaram de ser invisíveis para tornar-se um dos principais temas em discussão nas sociedades contemporâneas. São palpáveis as conquistas da população negra brasileira junto à garantia de direitos seja por meio de legislação específica como pela adoção de políticas públicas por parte do Estado. Contudo, a abrangência ainda é limitada, não alcançando integralmente a mentalidade da sociedade a ponto de transformar a educação, o mercado de trabalho, a mídia, e demais segmentos. Um exemplo desta situação é a diferença significativa do número de docentes entre negros e não negros, nos três níveis de escolarização, Educação Infantil (0 a 3 anos) Educação Básica e Ensino Superior.

A análise contida neste trabalho é o resultado do encadeamento de ideias que afloraram durante o processo de finalização da tese de doutorado defendida pela autora denominada “Crianças negras na terra da caridade – um estudo sobre a inclusão de libertos nas escolas da cidade de Santos – do pós-abolição a 1960”. Perpassará o contexto educacional que contempla as décadas de 40 a 90 do século XX com vistas à inserção de negras e negros na carreira do Magistério, baseando-se nas principais instituições educacionais formadoras de professores da cidade de Santos, utilizando-se de fontes iconográficas e dados atuais da Secretaria Municipal de Educação de Santos para compor o cenário apresentado e as reflexões propostas.

O Artigo deverá conter no **mínimo 08 e no máximo 12 páginas (não numeradas)**, tamanho 12, utilizando formato A4, margens superior/esquerda 3,0 cm e inferior/direita 2,0 cm,

2 Segundo Schwarcz (1993) o termo raça é um conceito constantemente reformulado a partir do contexto histórico, de acordo como é utilizado pela elite intelectual.



parágrafo 1,25 cm (ou através da tecla TAB uma vez) com espaçamento entre linhas 1,5 cm, contendo **Introdução** (justificativa implícita, e, objetivos), **Metodologia**, **Referencial teórico** (pode vir anexo à introdução), **Resultados e Discussão** (podendo inserir tabelas, gráficos ou figuras), **Considerações Finais**, **Agradecimentos** (opcional) e **Referências** de acordo com a ABNT.

Formato: o arquivo deverá ser anexado no formato **PDF**, com tamanho máximo de 2MB. O uso do papel timbrado da edição atual do evento é obrigatório. O modelo é disponibilizado no site do evento para download.

METODOLOGIA

A partir da seleção de 50 (cinquenta) fotografias que, em sua maioria, retratam o alunado das escolas da cidade de Santos, com utilização da foto de classe, foram analisadas no sentido de quantificar o número de estudantes negros e negras frequentaram o curso de Magistério em nível Médio, bem como, o número de professores e professoras negros e negras faziam parte desse universo escolar.

Vale ressaltar que, no Brasil, até 1971, para atuar como professor do ensino primário era necessário frequentar o Curso Normal de primeiro ciclo e pós-primário, a outra modalidade era o Curso Normal de segundo ciclo também denominado, pós-ginásial. Diante das diretrizes do ensino profissional estabelecidas pela Lei nº 5.692/71 os Cursos Normais passaram a habilitar professores junto vinculado ao ensino de segundo grau. Desta forma, o Curso Normal transformou-se em Habilitação Específica para o Magistério em nível de segundo grau.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 pôs fim a essa modalidade de formação de professores, porém até o ano de 2012, os docentes que obtiveram tal diplomação, ou seja, no antigo curso, puderam cumprir a profissão atuando na Educação Infantil e no ciclo I do Ensino Fundamental.

Para análise das imagens presentes neste trabalho se atentou para os aspectos levantados por Burke(2004) ao longo dos capítulos de sua obra: que as imagens não se referem somente ao mundo social, mas também às visões daquele mundo quando foram produzidas; a necessidade de se colocar o testemunho das imagens nos mais diversos contextos junto às convenções artísticas e a função original da imagem pretendida pelo autor e o testemunho

confiável das imagens individuais; a importância de ler nas entrelinhas das imagens levando em consideração os detalhes e elementos significativos

Levando-se em consideração que as fontes históricas são essenciais para (re)construir o fio da narrativa histórica de uma realidade (GINZBURG, 2007) buscou-se por indícios perceptíveis somente a um olhar sensível ao tema explorado. A ideia dos indícios como estratégia para decifrar o passado muitas vezes obscuro, constitui a base do paradigma indiciário defendido por Ginzburg, que utiliza de diversas fontes para interpretação dos feitos históricos, lançando mão de documentos iconográficos, atas judiciais, processos inquisitoriais, arquitetura, objetos pessoais, muitas vezes descartado por historiadores tradicionais.

As imagens, analisadas por grupo escolar, retratam, primeiramente, as escolas privadas, Colégio Coração de Maria, Associação Instrutiva José Bonifácio, Colégio São José e Colégio Stella Maris, pois eram a maioria dedicadas à formação de professores e a a única escola pública que atendia a esta demanda, o Colégio Canadá. Buscou-se uma linearidade cronológica e a análise por amostragem, levando-se em consideração a cor de pele preta³, característica da população negra que mais gera a discriminação racial. Segundo Kabengele Munanga, no contexto de uma sociedade racista a cor não é uma questão biológica, mas uma das “categorias cognitivas herdadas da história da colonização, apesar de nossa percepção da diferença situar-se no campo do visível” (MUNANGA, 1998, p. 18). Optou-se por esse formato diante da necessidade de se estabelecer comparação quantitativa dentro do recorte temporal estabelecido na pesquisa, contribuindo para a reflexão sobre o “processo” de inclusão da população negra à carreira do Magistério na cidade de Santos.

Pelas fotografias investigadas não se verifica número significativo e alunas normalistas negras nos cursos de Habilitação Específica para o Magistério em nível de segundo grau, bem como, ao corpo docente das escolas dedicadas à formação de professores.

Segundo Kossoy (2003), as fontes fotográficas consistem em um processo que envolvem investigação e descoberta e sistematização das informações obtidas, a partir de metodologias de pesquisa adequadas bem como a análise de seus conteúdos e realidades. Neste sentido, Müller (2008) também recorre a utilização das imagens fotográficas de alunos e professores demonstrando aquilo que os documentos oficiais não informam, como a etnia.

3 De acordo com a definição do quesito raça cor estabelecido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

REFERENCIAL TEÓRICO

A primeira escola selecionada foi o Colégio Coração de Maria⁴ e de onde descreve-se uma observação somente percebida após a sensibilização do olhar junto às questões raciais. Na composição da classe, não havia uma única aluna-docente negra, situação que não consiste em uma exceção, como observa-se nas imagens turmas de formandas do Curso Normal em Nível Médio (Magistério), também conhecidas como “normalistas” apresentadas a seguir:

Percebe-se que durante mais de 20 anos muitas professoras não negras se formaram no Colégio Coração de Maria e perpetuaram em sua atuação um ensino tradicional como se constata ao analisar a grade curricular do curso que não trata da diversidade étnica.

Imagem 1 - Formandas de 1966 – Colégio Coração de Maria



Fonte: Arquivo pessoal da autora

O tempo passou e uma nova turma de formandas, de 1984, acompanhou a mesma composição étnica:

⁴O Colégio Coração de Maria entre 1944 e 1972 se dedicou a formação de normalistas, desvelando as práticas educacionais características da época.

Imagem 2 – Formandas de 1984 do Colégio Coração de Maria



Fonte: Arquivo pessoal da autora

A Associação Instrutiva José Bonifácio foi outra escola santista que atuou com formação de professores em nível médio, oferecendo também os cursos primário, ginásial comercial desde 1917. Abaixo, a fotografia da formatura das alunas do curso Normal, em 1948, na Igreja Basílica de Santo Antônio do Embaré, onde não se identifica nenhuma aluna negra.

Imagem 3 - Missa de formatura de estudantes da Escola Normal José Bonifácio - 1948



Fonte: <https://www.novomilenio.inf.br/santos/h0250d4a.htm>

O Colégio São José, fundado em 1924, colégio religioso que atua até os dias de hoje dedicando-se à educação de jovens e crianças da cidade de Santos, manteve durante décadas o curso Normal em nível médio formando centenas de professores. Abaixo, nas fotografias das turmas formadas professoras, não se identifica em seus quadros uma aluna negra sequer.

Imagem 4 - Formandas do Colégio São José – 1942



Fonte: <https://www.novomilenio.inf.br/santos/h0250d4a.htm>

Essa realidade não era somente da escola privada, o Colégio Canadá, escola pública famosa pelo seu Curso Normal em Nível Médio, também mantinha em seu quadro discente poucas alunas negras, é o que demonstram as fotografias de formandas.



Fonte: <https://www.novomilenio.inf.br/santos/h0250d4a.htm>

O Colégio Educação Canadá, foi criado pelo Decreto n. 6.601, de 11 de agosto de 1934. (SÃO PAULO – 1934) e transformado em Instituto de Educação Canadá pela Lei n. 3.730, de 15 de janeiro de 1957. Na época mantinha curso Normal, também denominado Curso de Magistério, entre outras modalidades de ensino. Nas fotografias de alunas apresentadas abaixo percebe-se pouquíssimas alunas negras em um grupo majoritariamente não negro.

Imagem - Formatura da turma de normalistas do Colégio Canadá - 1956



Fonte: <https://www.novomilenio.inf.br/santos/h0250d4a.htm>

Imagem – Foto de Classe de alunas do Colégio Canadá do ano de 1960.



Fonte Acervo pessoal da autora

Por todas as fotografias analisadas na pesquisa e apresentadas neste trabalho por meio de amostragem, não se verifica um aumento significativo do número de alunos negros em cursos dedicados à formação de professores.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nos idos da década de 1980, o debate sobre a discriminação racial tomou outro formato, mais combativo e explícito, que, segundo Milton Barbosa mudou a forma de atuação. Para enfrentar o racismo e a discriminação racial, este movimento que se transformou no Movimento Negro Unificado, mudando a forma de a população negra lutar, saindo das salas de debates e conferências, das atividades lúdicas e esportivas, para ações de confronto aos atos de racismo e discriminação racial, elaborando panfletos e jornais, realizando atos públicos e criando núcleos organizados em associações recreativas, de moradores, categorias de trabalhadores, nas universidades públicas e privadas.

Mesmo sendo modestas as mudanças no âmbito da sociedade brasileira, havia um número maior de estudiosos sobre o tema no mundo acadêmico. É o caso de Pinto (1987), que



apresentou a questão racial no Brasil a partir de duas correntes: àquela baseada na democracia racial cujo maior representante é Gilberto Freyre, e outra, que trata da questão a partir da desigualdade de *status quo* de negros e não negros numa sociedade racista, com base no pensamento de Florestan Fernandes. A mesma autora realizou um estudo sobre as pesquisas educacionais cujo objeto abordava a questão racial e que demonstrou a baixa adesão à temática entre os pesquisadores da área educacional (PINTO, 1992).

Pelos resultados preliminares obtidos com esse trabalho o cenário promissor construído a partir da década de 1980 no que tange às demandas étnico-raciais, não alcançou a formação de educadores, que continuou a ser majoritariamente de não negros bem como o debate em nível universitário estava ainda engatinhando. Tal afirmação se vê refletida tanto nas imagens de professores em suas salas de aulas, das formandas do curso de magistério bem como nos currículos dos cursos superiores e nos dados da Secretaria Municipal de Educação referente ao quesito raça/cor de seus educadores.

Os dados iniciais obtidos sobre a invisibilidade da questão racial, tanto no curso Normal em nível médio como no corpo docente das respectivas escolas pesquisadas, foram analisados a partir das pontes estabelecidas por Benjamin (2012) entre passado, presente e

futuro, pois, para o autor a atividade da memória não deve ser entendida como uma forma de reviver o passado, mas sim, considerada como nova e em constante formulação, contrariando uma lógica do linear e da imutabilidade da produção de conhecimento. Um estudo recente de pesquisador Ricardo Henriques (2002) apresenta dados quantitativos que acompanham o discurso dos grupos negros organizados. Nele, o pesquisador demonstra que a expansão do ensino público e o aumento da média de escolaridade da população não diminuíram a desigualdade entre negros e brancos, a diferença de escolaridade ainda se mantém inalterada. (HENRIQUES, 2002)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O término da escravidão não propiciou o desmonte dos estereótipos vinculados aos “homens de cor”, pelo contrário, preservou em grande parte os fenômenos da discriminação e do preconceito racial. A elite brasileira que abraçou o racismo científico na década de 1880, perpetuou sua adesão à diferença racial nos anos posteriores, adentrando o século XX.



As reflexões trazidas neste estudo são recortes fundamentais de um mosaico ainda a ser construído a partir das relações raciais na sociedade brasileira, em especial no espaço escolar, e que visa transformações nas representações e práticas educacionais para a real igualdade racial na sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS

- BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas I. Magia e técnica, arte e política.** Trad. de Sergio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 2012.
- _____. **Obras escolhidas II. Rua de mão única.** Trad. de Rubens Rodrigues Torres Filho et alii. São Paulo: Brasiliense, 2012.
- BRASIL. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. (1971) Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus. Brasília: Ministério da Educação, 1971.
- _____. Lei nº 9.394 – 24 de dezembro de 1996: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Brasília: Ministério da Educação, 1996.
- _____. Lei 10.639 de 09 de janeiro de 2003. Brasília: Ministério da Educação, 2003.
- BURKE, Peter. **Testemunha Ocular.** Bauru, SP: EDUSC, 2004.
- GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros. Verdadeiro, falso, fictício.** Tradução de Rosa Freire De Aguiar e Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- HENRIQUES, Ricardo. **Raça & Gênero nos sistemas de ensino: os limites das políticas universalistas em educação.** Brasília: Unesco, 2002.
- KOSSOY, Boris.. **Fotografia e História.** São Paulo, Ateliê Editora, 2ª Edição, 1ª Reimpressão. 2003.
- LICHTI, Fernando Martins. **História de Santos/Poliantéia Santista.** v.3. São Vicente: Caudex. 1996.
- MUNANGA, Kabengele. (org.). **Superando o Racismo na Escola.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2ª ed. 2005.
- PEREIRA, Maria. Aparecida. F. **Santos nos Caminhos da Educação Popular (1870-1920).** São Paulo: Loyola/Prefeitura Municipal de Santos, 1996.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930.** São Paulo: Companhia das. Letras, 1993.